casos, concluindo que:

- a) nada indica má fé das interessadas ou funcionários do estabelecimento;
- b) todas as alunas, reprovadas na 6ª série em 1977 e matriculadas indevidamente na 7ª série, em 1978, lograram aprovação, evidenciando que a deficiência fora superada;
- c) opina pelo deferimento do assunto em tela ao Conselho Estadual de Educação. A DRE acolheu o parecer da Assistência Técnica e o protocolado foi ter à COGSP.

1.5 - A COGSP, pela sua Assessoria, fez estudo minucioso dos casos e considera que "o lapso, grave, por certo, se deve à Escola, como só acontecer, sempre assoberbada de trabalho e contando com pequeno número de funcionários". Considera que é imprescindível a manifestação deste Colegiado, pois a vida escolar de Solange Maria, Ester Maísa e Rosângela está inquinada de erro, a pedir medida saneadora.

2. APRECIÇÃO

2.1 - Constan dos autos todos os documentos escolares que possibilitam estudo dos casos das matrículas irregulares de Rosângela da Silva, Ester Maísa Jacinto e Solange Maria Lino, na 7ª série, embora reprovadas em Matemática na 6ª.

2.2 - As interessadas deviam conhecer a situação de reprovadas na 6ª série, pois os resultados finais foram afixados pela Escola. As alunas preencheram requerimento de matrícula - datados de 29/12/77 - em formulários mimeografados e indicaram que cursariam a 7ª série. Não sabemos se houve má fé, mas a reprovação na 6ª série, no final do ano letivo de 1976 - portanto, recente - não justifica o "esquecimento".

2.3 - Os conceitos finais, na 7ª série, em Matemática, foram apenas suficientes para a promoção: Rosângela obteve C, Ester Maísa, C e Solange C.

2.4 - Pelas razões expostas, julgamos que as interessadas deverão submeter-se a exame especial de Matemática, em nível de 6ª série.

II - CONCLUSÃO

Voto favoravelmente à convalidação da matrícula, na 7ª série da EEPG "Prof. Plínio Paulo Braga", de Guarulhos (1978), de Solange Maria Lino, Esfer Máisa Jacinto e Rosângela da Silva, bem como dos atos escolares subsequenteemente praticados, desde que as interessadas logrem aprovação em exame especial de Matemática, em nível de 6ª série, o qual será prestado em estabelecimento de ensino a ser designado pelos órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação.

Advirta-se a EEPG "Prof. Plínio Paulo Braga" pela irregularidade cometida.

São Paulo, 13 de fevereiro de 1980

João Batista Salles da Silva
RELATOR

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu parecer o Voto do Relator. Presentes os Nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci Scabello, Gerson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, João Baptista Salles da Silva, Emanuel Soares Veiga Garcia, Honorato de Lucca e Roberto Moreira.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 13 de fevereiro de 1980.

a) Conselheiro Jair de Moraes Neves
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de março de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente